



A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA¹

Rita Cácia de Andrade*

RESUMO

Partindo das dificuldades enfrentadas no período escolar, como o preconceito ao meu jeito de falar, por exemplo, foi o que nos instigou o interesse em pesquisar sobre o tema supracitado. Sendo assim, na presente pesquisa, propomos apurar de forma bibliográfica as concepções sobre ‘A variação linguística no ensino de língua portuguesa’, procurando nos fundamentar teoricamente em alguns autores. Enquanto pesquisa bibliográfica o objetivo pelo qual nos detivemos foi o de definir e/ou mais precisamente aprender sobre as concepções dos linguistas, no que se refere a distinguir o que é variação linguística e erro no ensino de língua portuguesa. Em posse de alguns livros pudemos constatar que o erro, para muitos dos profissionais de língua materna, deve dar lugar ao que José Augusto Carvalho denomina ‘desvio da norma ou transgressão’. Ratificando sempre ao educando que há condições de se comunicar através do português padrão, todavia, sendo esta uma opção e não uma imposição. Ao educador cabe conduzir o educando em seu processo de transformação em um poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento.

Palavras-chave: Letras. Linguística Aplicada. Variação Linguística. Ensino de Língua Portuguesa. Falante de Língua Portuguesa. Marcos Bagno.

1 INTRODUÇÃO

A escolha deste tema ‘A variação linguística no ensino de língua portuguesa’, deu-se em razão dos preconceitos linguísticos enfrentados, no decorrer do período escolar do ensino fundamental, pela falta de entendimento dos professores. Em virtude disso, no decorrer de

¹ Artigo elaborado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Letras, do *campus* Universitário de Sinop. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em 2004, Orientação da Ma. Josete Mori.

* Graduada em Licenciatura Plena em Letras pela UNEMAT em 2004. Cursando a Especialização Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas Portuguesa e Inglesa pelo Curso de Letras da UNEMAT / Sinop (2011/2012).

minha graduação, muitas coisas foram apreendidas e aprendidas. Ao passo que muitas aulas criativas nos instigaram a buscar o saber e o aperfeiçoamento profissional.

Este trabalho tem como objetivo definir e aprender sobre o tema, por ser um assunto polêmico e que tem sido um desafio aos pesquisadores e educadores. Sendo assim, propusemo-nos a realizar uma pesquisa de forma bibliográfica, apurando as concepções sobre o tema, procurando nos fundamentar teoricamente em alguns linguistas, para que enquanto professores não atuemos negligentemente. Assim, procuramos explicitar de forma concisa, a história, os avanços e os recuos da língua e notamos que ao longo desta história, a língua tem se modificado de forma representativa.

Posteriormente, procuramos conhecer mais sobre as variações linguísticas e sua decorrência, basicamente visando eliminar os preconceitos existentes na vida dos falantes referentes à linguagem, definindo também o que é língua padrão e língua não padrão, qual seria a posição correta do educador diante da pluralidade de dialetos existentes em nosso país, pois, acreditamos que ele é um mediador do conhecimento e o instrumento que leva o educando a reflexão sobre a sua língua e o domínio dos recursos linguísticos para ser usuário competente, assim como, despertar nos educandos o senso crítico perante os próprios processos, que conduzirão para um saber geral elementar, ao passo que haja uma maior participação na vida civil e uma melhor compreensão do mundo em sua volta, que abrirá caminhos ao conhecimento básico.

2 FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA

O Brasil é o quarto maior país do mundo em extensão territorial contínua, apresentando variedades geográficas e climáticas, onde habitam milhões de pessoas unidas pelo elemento mais forte, capaz de determinar a nacionalidade de um povo – a língua – no caso do Brasil, a Língua Portuguesa.

Para discutir variação linguística faz-se necessário o resgate da história do Brasil, desde o seu descobrimento, em 1500, pois quando os primeiros portugueses ancoraram na costa brasileira, eles encontraram aqui milhões de pessoas ‘primitivas’ ou indígenas que falavam cerca de trezentas línguas diferentes, muitas pertencentes ao tronco tupi, mais precisamente, o tupinambá, uma língua do litoral brasileiro da família tupi-guarani. O tupinambá foi usado como língua geral na colônia, ao lado do Português, principalmente graças aos padres jesuítas que haviam estudado e difundido a língua.

Mais tarde, povos de origem germânica instalam-se na Península Ibérica, aproximadamente no período de 409 a 711 d.C. Como efeito dessas migrações, a língua falada pela população não era uniforme, iniciou-se, no entanto, um processo de diferenciação regional. O rompimento da uniformidade linguística da península irá ocorrer mais tarde, levando à formação de línguas bem diferenciadas. (COUTINHO, 1976).

No período que vai do século IX a XI, surgiram os primeiros documentos latino-portugueses. Considerada uma época de transição, alguns termos portugueses aparecem nos textos em latim, mas o português ou mais precisamente o seu antecessor, o galego-português, é apenas falado na Lusitânia. (A LÍNGUA PORTUGUESA).

Com a construção do império português de ultramar, a língua portuguesa faz-se presente em várias regiões da Ásia, África e América, sofrendo influências locais. Com o Renascimento, o número de italianismos e palavras eruditas de derivação grega aumenta, tornando o português mais complexo e maleável. A consolidação da língua se deu pela publicação do **Cancioneiro Geral**, de Garcia Resende, em 1516. (COUTINHO, 1976).

O aparecimento das primeiras gramáticas que definem a morfologia e a sintaxe ocorreu no século XVI, onde a língua entra na sua fase moderna. Com **Os Lusíadas** de Luís Vaz de Camões (1572), cujo português já é, tanto na estrutura da frase quanto na morfologia, muito próximo do atual. A partir daí, a língua terá mudanças menores. (A LÍNGUA PORTUGUESA).

Na fase em que Portugal foi governado pelo trono espanhol (1580 – 1640), o português incorpora palavras castelhanas, um século mais tarde, o vocabulário português recebe novas contribuições: de origem greco-latina para designar os avanços tecnológicos da época como (automóvel/televisão) e termos técnicos em inglês, em ramos como as ciências médicas e a informática, por exemplo, (*check-up/software*), da língua indígena o português herdou palavras ligadas à fauna e a flora, bem como nomes próprios e geográficos, pelos negros vindos da Nigéria, vocabulário ligado à religião e à cozinha afro-brasileira, dentre outras não mencionadas. E em 1759 o português fixou-se definitivamente como o idioma do Brasil. (A LÍNGUA PORTUGUESA).

Câmara Junior (1979), cita que o português falado no Brasil sofreu influências de imigrantes europeus que se instalaram no centro sul do país, após a independência (1822). Isso explica certas modalidades de pronúncias e algumas mudanças superficiais do léxico que existem entre as regiões do Brasil, que variam de acordo com o fluxo migratório que cada uma recebeu.

Informações científicas rigorosas sobre as diferenças que separam as variedades regionais existentes no Brasil são insuficientes, o que não nos permite classificá-las em base semelhante às que foram adotadas na classificação dos dialetos do português europeu.

A essas diferentes influências veio somar às imigrações, que ocasionaram os diferentes sotaques existentes hoje no Brasil. Um dos momentos decisivos da constituição da língua portuguesa (brasileira) se deu no século XVIII, quando se explorou o ouro em Minas Gerais. Nesse período a língua começou a se uniformizar e a exportar traços comuns para o Brasil inteiro, pelas rotas comerciais que a exploração do ouro criou. (CÂMARA JUNIOR, 1979).

Recorrer à história da língua é uma tentativa que fizemos para mostrar que a língua portuguesa, em todas as suas variedades, continua em transformação. Da mesma maneira como o latim foi se transformando lentamente até resultar nas diversas línguas românticas.

3 VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS

Baseado no que vimos anteriormente, as variações linguísticas existentes hoje no Brasil, nos permitem reconhecer uma pluralidade de falares, que são frutos da dinâmica populacional e da natureza do contato dos diversos grupos étnicos e sociais, nos diferentes períodos da nossa história.

Segundo Cagliari (2001), são fatos dessa natureza que demonstram que não se pode pensar no uso de uma língua em termos de ‘certo’ e ‘errado’ e em variante regional ‘melhor’ ou ‘pior’, ‘bonita’ ou ‘feia’. No ensino da língua escrita, contudo, devemos procurar neutralizar as marcas identificadoras de cada grupo social, a fim de atingir um padrão supranacional.

Até aqui temos buscado fazer um levantamento histórico das origens das diferenças dialetais da língua portuguesa falada no Brasil, com a intenção de dimensionar o que isso representa na formação dos educandos, uma vez que os mesmos que frequentam as instituições escolares vêm de diferentes regiões do país e pertencem a diferentes estratos sociais, lembrando que, o social, também é um fator determinante das variações linguísticas, de acordo com Bagno:

[...] mesmo que tenhamos tudo isso muito claro em nossas mentes, é preciso sempre lembrar que, do ponto de vista *sociológico*, o “erro” existe e sua maior ou menor “gravidade” depende precisamente da distribuição dos falantes dentro da pirâmide das classes sociais, que é também uma pirâmide de variedades linguísticas. [...] O “erro” linguístico, do ponto de vista sociológico e antropológico, se baseia, portanto, numa avaliação estritamente baseada no valor *social* atribuído ao falante, [...]. (2002, p.73).

Entretanto, todas as variedades constituem sistemas linguísticos perfeitamente adequados para a expressão das necessidades comunicativas dos falantes, dadas às práticas sociais e os hábitos culturais de suas comunidades. Considerar determinadas variedades como melhores e estigmatizar as demais é, antes de tudo, emitir um juízo de valor sobre os falantes dessas variedades, usando as diferenças linguísticas como um pretexto para discriminação social dos indivíduos.

A língua é patrimônio social, um sistema não unitário em que se entrecruzam diversos subsistemas, resultados de situações sociais, culturais e geográficas diversas. “Porque toda língua, além de variar geograficamente, no espaço, também muda com o tempo”. (BAGNO, 2000, p. 22).

A língua efetivamente falada pelos brasileiros apresenta diversas variações, às quais resultam do contato da língua com o ambiente. Portanto, do contato da língua com o espaço físico em que é falada, resultam as diferenciações regionais. Essas e outras diferenças também existem em grau menor, entre o português falado no Norte-Nordeste do Brasil e o falado no Centro-Sul e nesta região existem diferenças entre o falar, por exemplo, do carioca e o falar do paulistano.

As diferenças geográficas são mais marcantes em termos da pronúncia e do vocabulário. Os cariocas são conhecidos pela maneira peculiar de pronunciar o que na escrita vem grafado como a letra ‘s’ no final das sílabas, por exemplo, o ‘som chiado’. Os nordestinos são reconhecidos pela abertura das vogais das sílabas pré-tônicas. E os gaúchos caracterizam-se pela entoação, ‘tia por tchia’.

Até agora falamos das variedades geográficas, mas não fica só nisso. A língua também fica diferente quando é falada por um homem ou por uma mulher, por uma criança ou por um adulto, por uma pessoa alfabetizada ou por uma não-alfabetizada, por uma pessoa de classe alta ou por uma pessoa de classe média ou baixa, por um morador da cidade e por um morador do campo, e assim por diante. Temos então, ao lado das variedades geográficas, outros tipos de variedades de gênero, socioeconômicas, etárias, de nível de instrução, urbanas, rurais, etc.

No entanto, Soares apresenta o papel fundamental que a linguagem desempenha na formação do indivíduo.

Desde já, porém, é necessário destacar que as relações entre linguagem e cultura constituem a questão fundamental, nuclear, tanto na ideologia da deficiência cultural quanto na ideologia das diferenças culturais; em consequência, desempenham um papel central nas explicações do fracasso escolar, [...]. O papel central atribuído à

linguagem numa e noutra ideologia explica-se por sua fundamental importância no contexto cultural: a linguagem é, ao mesmo tempo, o principal produto da cultura, e é o principal instrumento para sua transmissão. [...] em consequência, nesse quadro de confrontos culturais, a linguagem é também o fator de menor relevância nas explicações do fracasso escolar das camadas populares. É o uso da língua, na escola, que evidencia mais claramente as diferenças entre grupos sociais e que geram discriminação e fracasso: o uso, pelos alunos provenientes das camadas populares, de variantes linguísticas social e escolarmente estigmatizadas provoca preconceitos linguísticos e levam a dificuldades de aprendizagem, já que a escola usa e quer ver usada a variante padrão socialmente prestigiada. (2000, p. 16-17).

Os conceitos de erro mediante as variações linguísticas tem sido um dos principais causadores do desinteresse e desmotivação, que tem conduzido milhares de pessoas a pensarem que não sabem a própria língua, neste caso a Língua Portuguesa, e consideram-na muito difícil.

3.1 DEFINIÇÃO DE LÍNGUA PADRÃO E NÃO PADRÃO

Uma vez que a língua é um conjunto de variação linguística, e cada uma delas com sua gramática e estrutura, se faz necessário definirmos língua padrão. Lembrando que, no momento em que se estabelece uma Língua padrão, ela ganha tanta importância e prestígio social, que todas as demais são consideradas ‘impróprias’, ‘pobres’.

Cabe ressaltar que cientificamente não é possível admitir que uma forma linguística seja superior ou inferior a outra. Por que bem sabemos que o português padrão tem de ser aprendido, decorado, memorizado e exige do falante um treinamento linguístico especial.

Assim define Magda Soares (2000, p. 82–83): o dialeto-padrão ou norma-padrão,

Dialeto-padrão: também chamada norma-padrão culta, ou simplesmente norma culta, é o dialeto a que se atribui, em determinado contexto social, maior prestígio; é considerado o modelo – daí a designação de padrão, de norma – segundo o qual se avaliam os demais dialetos. É o dialeto falado pelas classes sociais privilegiadas, particularmente em situações de maior formalidade, usada nos meios de comunicação de massa (jornais, noticiários de televisão, etc.), ensinado na escola, e codificado nas gramáticas escolares (por isso, é corrente a falsa ideia de que só o dialeto-padrão pode ter uma gramática), quando qualquer variedade linguística pode ter a sua.

O português padrão resumidamente é “[...] uma forma, um molde, um gabarito, uma régua”. (BAGNO, 2000, p. 160).

Já, a língua não padrão é a variação linguística que não faz parte das gramáticas tradicionais, dicionários e não está sujeita à normatização ou padronização promovidas por reformas ortográficas, forma, regra, porque ela é apreendida naturalmente pelo falante, a

partir da espontaneidade comunicativa das pessoas comuns dos diferentes níveis sociais e regionais.

Para Perini (2001), o português que aparece nos textos escritos não é a nossa língua materna; a nossa língua materna é aquela que aprendemos com nossos pais, irmãos e avós. Deste modo, as diferenças são bastante profundas. Com isso, pode-se constatar que há duas línguas no Brasil: uma que se escreve, o português; e a outra que se fala, que o próprio autor denomina vernáculo, como sendo, a língua materna dos brasileiros.

Deste modo, o português não padrão, coloquial e/ou vernáculo se usa em geral na fala informal, já o português padrão é usado na escrita formal. Perini (2001, p. 36) ainda afirma “[...] que o ‘certo’ é escrever português e falar vernáculo; não pode haver inversão”.

As crianças que chegam à escola falando português não padrão são consideradas deficientes linguísticas. Desconsidera-se o conhecimento pré-adquirido do aluno, cuja expressão é espontânea. Estigmatizar assim os educandos, reprimindo-os com tratamentos inconsequentes, como um excesso de correção de pronúncia, de acentuação ou de emprego de termos regionalistas, pode desencadear nos estudantes características de incapacidade, difundindo-se em posições que definem propriamente a classe de dominados.

Traçar uma diferença que nos parece fundamental: a distinção entre diferença linguística e erro linguístico. Diferenças linguísticas não são erros, são apenas construções ou formas que divergem de um certo padrão. São erros aquelas construções que não se enquadram em qualquer das variedades de uma língua. (POSSENTI, 1996, p. 80).

Ainda sobre isso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), colocam que a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, analisando a quem e por que se diz determinada coisa. É conhecer, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é o de correção da forma, mas de adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido.

4 QUE LÍNGUA A ESCOLA DEVE ENSINAR? E QUAL O PAPEL DO PROFESSOR DE PORTUGUÊS?

Se a língua padrão é a variação linguística daqueles que detêm o poder e das classes privilegiadas, a escola é o meio institucional através do qual ela deve ser transmitida. Quando a escola recebe alunos vindos dos diferentes grupos sociais e que já trazem consigo uma bagagem linguística apreendida no meio em que vivem, tem o dever de ensinar esta variante linguística como mais uma variação, sem menosprezar e estigmatizar o modo diferente do educando se comunicar, conceituando-o como certo ou errado.

Já o papel do professor é contrapor-se às discriminações e ao mesmo tempo, ser democrático em esclarecer que o modelo padrão ‘culto’ é o aceito pela sociedade em geral e que nas comunicações oficiais se deve usufruir desse modelo, porém, sem desvalorizar os variantes linguísticos presentes e/ou pertencentes àquele ou este grupo ou região geográfica do Brasil, mostrando também a importância e o porquê devemos ter domínio sobre a norma padrão, no intuito de despertar no educando a aprendizagem e o senso de intervir na sociedade, não para adaptar-se a ela, mas entendê-la melhor de forma argumentativa.

Bagno, menciona o quanto é importante “[...] não confundir erro de português (que afinal, não existe) com simples erro de ortografia. A ortografia é artificial, ao contrário da língua, que é natural”. (2002, p.143).

Assim, a grande e nobre missão do professor de língua portuguesa “[...] é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento [...]”. (BECHARA, 1998, p. 14). Enfim, é deixar claro aos seus alunos que existem modos diferentes de falar a mesma língua e que isso é apenas diferente e não deficiente, levando o aluno a valorizar sua variação linguística apreendida junto à família, comunidade ou região.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa desenvolvida contemplou muitas questões que colaboraram na tentativa de refletir sobre o tema na teoria e na prática do ensino da língua. E apoiados por teóricos procuramos mostrar o que é variação linguística sem deixar de enfatizar a necessidade do domínio da forma padrão para a conquista de espaço na sociedade e no mercado de trabalho, e os diferentes ambientes para utilização da linguagem padrão e coloquial, levando em conta a bagagem histórica, cultural e social de cada aluno.

Ressaltamos ainda que é com o conhecimento, o empenho e a dedicação dos profissionais que a utilização dessas linguagens poderá ocorrer, sendo empregada e ensinada, sem preconceitos ou conceitos gramaticais.

Assim, almejamos que ao lado da educação linguística que lhe compete ministrar, que ofereça aos discentes subsídios para enriquecer a sua cultura nas áreas do saber, pois a “[...] linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder, (**mas**) ela também se constitui o instrumento imprescindível para romper o bloqueio”. (GNERRE, 1991, p. 16, grifo do autor).

Enfim, consideramos que a reflexão desenvolve e aperfeiçoa a consciência e que habituando a mente, descobrimos no pensamento a excelência.

THE LINGUISTIC VARIATION IN THE PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING

ABSTRACT²

Based on the difficulties faced in the school period, as the prejudice about my way of speaking for example, I have a lisp it was what instigated us the interest in research on the above-mentioned theme. Being like this, in the present researches, we propose to study in a bibliographical way the conceptions about ‘The linguistic variation in the Portuguese language teaching’, trying to base theoretically in some authors. As a bibliographical researches the objective which I called my attention was to define and/or in fact to learn about the linguists conceptions, concerning to distinguish what is linguistic variation and mistake in the Portuguese language teaching. In ownership of some books I could verify that the mistake, for many of the professionals of maternal language, should give place to what José Augusto Carvalho denominates ‘the deviation of the norm or transgression’. Always ratifying to the student that there are conditions of communicating through the standard Portuguese, though, being an option and not an imposition. A critical point placed by several researched authors is the notion that teachers have on regionalisms, colloquial, the vernacular language, that is to say, non pattern Portuguese, what doesn’t correspond to a lack of communication capacity. However, it is the educator the one who can change himself a polyglot into of his own language, facilitating it to choose the appropriate functional language to every moment.

Keywords: Languages. Applied Linguistics. Linguistic Variation. Teaching of Portuguese Language. Portuguese Language Speaking. Marcos Bagno.

REFERÊNCIAS

² Transcrição realizada pela aluna Rita Cácia de Andrade e revisão pela aluna Viviane Rossato, do Curso de Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas Portuguesa e Inglesa.

A LÍNGUA PORTUGUESA. História. Disponível em: <
http://www.linguaportuguesa.ufrn.br/pt_index.ph >. Acesso em: 22 mar. 2012.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Preconceito linguístico: O que é, como se faz**. 15.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?** 10.ed. São Paulo: Ática, 1998.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Linguística**. 10.ed. São Paulo: Scipione, 2001.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Matoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CARVALHO, José Augusto. **Por uma política do ensino da língua**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1976.

GNERRE, Maurízzio. **Linguagem escrita e poder**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais: **Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PERINI, Mário A. **Sofrendo a gramática**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001.

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. 7 reimpressão, 2001. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

SOARES, Magna. **Linguagem e Escola uma perspectiva social**. 17.ed. São Paulo: Ática, 2000.